

Lei nº 657/2019

De 25 de outubro de 2.019.

***“DISPÕE SOBRE OS HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.***

Alvaro Jesiel de Lima, Prefeito Municipal de Pedra Bela, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou, e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizado, e regulamentado, o pagamento e rateio dos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, auferidos nas causas defendidas pelos Procuradores Municipais, integrantes do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Pedra Bela.

Art. 2º- Considera-se honorário advocatício de sucumbência o valor arrecadado em qualquer feito judicial em que a Fazenda Pública do Município de Pedra Bela for vencedora, oriundo de condenação judicial e decorrente do reconhecimento do direito pela parte adversa, incluindo os acordos homologados em Juízo, relativos a créditos tributários ou não.

Art. 3º- Os honorários advocatícios de sucumbência não se constituem verba pública fazendo jus à percepção da verba arrecadada a título de honorários advocatícios os Procuradores Jurídicos da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, ficando excluídos os inativos e aqueles que não atuem em processos judiciais e executivos fiscais.

Art. 4º- Não suspenderão a percepção dos honorários advocatícios por seus beneficiários:

- I - férias;
- II - licença maternidade, paternidade e por adoção;
- III - licença para tratamento de saúde;
- IV - licença por acidente em serviço;
- V - licença prêmio;

Art. 5º- Suspendem o recebimento da verba de sucumbência:

- I - licença para tratamento de interesses particulares;
- II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- III - licença para campanha eleitoral;
- IV - afastamento para exercício de mandato eletivo ou mandato classista;
- V - afastamento por aposentadoria a pedido, a contar do afastamento;
- VI - afastamento por aposentadoria, a contar da data do ato;
- VII - afastamento da função para cumprimento de punição ou para responder a processo disciplinar.

Art. 6º- O recebimento irregular de honorários sujeita os responsáveis às sanções disciplinares previstas em lei, cabendo ao servidor, constatada a irregularidade, tomar providências administrativas necessárias, sob pena de serem responsabilizados em âmbito civil, penal e funcionalmente.

Art. 7º- A verba correspondente aos honorários advocatícios de que trata esta Lei será depositada em conta especial, sendo a quantia apurada, rateada mensalmente em partes iguais, e paga pela Tesouraria.

§ 1º - Os honorários devidos ao Fisco em razão de execução fiscal ou havendo acordo judicial, bem como os decorrentes de outras ações, deverão ser depositados na conta específica criada para tal propósito.

§ 2º - Nos casos em que for efetuado pelo devedor, em favor do Município, o depósito judicial do montante do débito juntamente com o valor dos honorários, o responsável pelo levantamento do total, por meio do competente alvará judicial, fará o depósito na conta específica, do valor correspondente aos honorários advocatícios, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade nos termos da lei.

Art. 8º- Os honorários advocatícios serão pagos sem prejuízo dos vencimentos integrais dos cargos e funções de seus beneficiários.

Parágrafo Único - Os valores percebidos a título de honorários advocatícios não servirão de parâmetro, não influenciarão nos percentuais, nos índices ou na data base de reajuste de seus beneficiários, nem mesmo incidirão no cálculo de décimo terceiro salário, abono de férias e quinquênio.

Art. 9º- A presente lei poderá ser regulamentada por Decreto do Chefe do Executivo para dirimir os casos omissos.

Art. 10- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11- Revogam-se as disposições em contrário.

Pedra Bela, 25 de outubro de 2019.

Alvaro Jesiel de Lima
Prefeito Municipal

Nota: Publicado no quadro de atos oficiais na data supra.